

Jornalismo compartilhado como prática emancipatória das relações sociais¹

Ludmila Pereira de Almeida²
Nilton José dos Reis Rocha³

A noção de propriedade corroborada pelo sistema capitalista patriarcal construiu um mundo marcado por cercas e fronteiras não só físicas, mas, principalmente, epistemológicas (lentes de conhecimento), de forma que, inclusive, as interações se tornaram limitadas por normas que impedem dados sujeitos de serem vistos democraticamente. Essa questão se encontra ancorada por uma metanarrativa/metarrelato universal que compõe a ideia de modernidade e que nos conduz a experiências sociais hegemônicas como a única forma de vida possível (LANDER,2005).

Lander (2005), então, aponta outros olhares para as ciências sociais propondo a emancipação dos métodos exatos para dar conta da percepção das ações e da mobilidade, complexidade e dinâmica das posições sociais dos sujeitos. Assim, o objetivo principal desse trabalho é discutir um percurso de se observar as relações sociais fomentando a importância da subjetividade, das trocas e da experiência vivida. Tendo o campo da comunicação como uma ponte, um espaço de diálogos e de encontro de epistemologias pelo ato de compartilhar, que é uma prática desobediente à norma.

A discussão se perpassa a experiência etnográfica ao segundo maior assentamento do Brasil, denominado Oziel Alves Pereira, situado em Baliza-Go, onde

¹ Trabalho apresentado no GT13 – Jornalismo e narrativas do sul global: vozes e temas emergentes.

² Doutoranda em Linguística e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: ludjornalismo@gmail.com.

³ Professor da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: niltin.rocha@gmail.com.

estão assentadas quase 600 famílias. Um ambiente em que camponesas e camponeses reivindicam a reforma agrária, com o MST, e também, uma *reforma agrária do ar* (NEGRI, 1987), das formas de se fazer comunicação, de unir jornalismo e movimentos sociais para a promoção da democracia. É um movimento inverso ao discurso dominante, em que o protagonismo é movente e não hierarquizante (MARTINS, 2004).

Isso porque a luta pela Reforma agrária evoca a crítica aos grandes monopólios agrários e a falta de justiça na distribuição das terras, culminando, inclusive na derrocada do meio ambiente que tem como cúmplice a comunicação de cunho capitalista. De acordo com Talga e Mainieri (2016) a grande maioria dos grandes conglomerados midiáticos estão diretamente ligados as megacorporações transnacionais fabricantes de agrotóxicos e a políticos ligados a bancada ruralista. Por isso, o controle do que pode ser dito em matérias jornalísticas, a fim de preservar a colonialidade do poder, domínio dos territórios e do saber (QUIJANO,2005), modos de conhecimento excludentes, de narrativas únicas, se tornam visíveis quando termos pejorativos como “invasão”, “vandalismo”, “violência” são recorrentes para descrever, por exemplo, as ações do MST. No qual a vítima é demonizada e o colonizador, os valores do jornal, são exaltados. Dessa forma, precisamos nos atentar ao

local epistêmico étnico/racial/generificado/sexual do sujeito que fala, a filosofia e a ciência ocidentais estão aptas a produzir um mito sobre o conhecimento universal verdadeiro que cobre, isto é, dissimula quem está falando assim como o local epistêmico geo-político e corpóreo-político na estrutura do poder/conhecimento colonial da qual o sujeito fala (GROSFOGUEL, 2007, p. 213).

Essa colonialidade do olhar, que impede outras epistemologias emergirem, faz com que ao o encontro ao outro não-intelectual precise de um romper de ignorâncias (RANCIÈRE, 2008) para, então, quebrar paradigmas hierárquicos, paredes simbólicas. Como o rural/urbano, universidade/campo (ROCHA & VIEIRA, S/D) a favor de uma comunicação sem barreiras, que conecta saberes e que atenda e seja constituído pelo povo e não somente por/para um grupo social. Então, no processo compartilhado o exercício do encontro à cultura popular, com sujeitos marginalizados, inclusive

adolescentes e crianças, constituí numa caminhada em conjunto ao conhecimento. Em que o jornalista precisa sair da zona de conforto do ato de traduzir o outro (SPIVAK, 2010) para o ato de caminhar junto com o outro, que também faz parte do eu.

Diante disso, ao ter contato com outra realidade percebemos, conforme nossas conversas com os assentados, que o campo é um lugar de inclusão, enquanto a cidade exclui e produz pessoas individualistas. Muitas pessoas que se encontram no campo viviam na cidade, mas com a violência, com a falta de empregos, de qualidade de vida e com todos os padrões impostos sobre quem pode viver na cidade, devendo inclusive ser “alfabetizado”, muitos decidiram migrar para o campo em busca da terra que é de seu direito.

Entender essas dinâmicas faz com que o jornalista possa relacionar conhecimentos locais como componentes das estruturas globais (GEERTZ, 2004), em que o que acontece aqui é repercutido em vários outros espaços e vice-versa. É pensar em rede de forma que as tecnologias sejam usadas para o povo, que as informações sejam para informar e não formar pessoas a um tipo de pensamento, em que os jornalistas trabalhem junto a comunidade numa relação contra hegemônica.

Por isso, ao posicionarmos diante de práticas discursivas discriminatórias na comunicação, trazemos uma ação etnográfica que proporcione “uma consciência maior dessas possibilidades de politizar o espaço discursivo que se abre constantemente a cada vez que nos atrevemos a intervir como sujeitos na cadeia representacional” (CARVALHO, 2001, p. 139) e a possibilitar que outros sujeitos também se posicionem.

Nos deparamos constantemente com matérias jornalísticas que usam de termos pejorativos como “invasão”, “vandalismo”, “violência” para falarem do MST. De acordo com o relatório, intitulado Vozes Silenciadas⁴ (2011), a mídia ao ter o MST como pauta os traz como autores de atos violentos (42,5%), com uma angulação da matéria

⁴ Disponível em: <http://intervozes.org.br/arquivos/interlivo03vozmst>. Acessado em: 30 de maio de 2016.

para o campo do conflito (92,7%), usando de termos negativos (59, 1%) em que o MST assina apenas 1% das matérias.

Daí a necessidade de mídias alternativas para a democratização e diversificação de informações. Os meios de comunicação então se tornam outra ferramenta para a justiça social, como propõe, por exemplo, a Rádio Oziel que procura trazer para o palco sujeitos que falem sobre sua própria comunidade, com uma programação que informa conforme as necessidades do grupo, além de ser um ponto de união de todo assentamento que tem cerca de 2 mil pessoas. Assim, a constituição de meios de comunicação que atendam as especificidades locais podem contribuir também como um laboratório da vida, para a formação de jornalistas.

Pois, muitas vezes, encapsulados na Universidade com apenas uma forma de fazer jornalismo, ao ter contato com a comunicação compartilhada, popular, percebem que outras realidades são possíveis, e que outra comunicação deve ser fomentada. Criticando o imperialismo da informação que apenas se diz “comunitário” e “popular” pela idealização de um mundo, mas que não refletem, experienciam e praticam o contato com os saberes e lhes passam a palavra.

Com isso, construir redes populares de comunicação e conhecimento só se tornam possíveis pela proposta e método do ‘compartilhar’, que lança luz sobre locais esquecidos pela ciência/mídia dominante e liga perspectivas de mundo diferentes. É ter uma prática jornalística que se instrumentaliza pelo popular para se tornar pauta do debate comunitário e que resulta na troca compartilhada de conhecimento junto aos movimentos sociais. De modo que o contato e a partilha de vivências enriqueça nossa compreensão social e nos emancipa da cegueira para a complexidade cultural e desenvolvimento, não só acadêmico, mas humano entre a universidade e o mundo.

Referências bibliográficas

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul

v. 1, n. 1, 2017.

CARVALHO, José J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, julho de 2001.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

GROSGUÉL, Ramón. *The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms*. *Cultural studies*, v. 21, n. 2-3, mar./mai. 2007, p. 211-223.

LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Trad.: Julio Cesar Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2005.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. p. 297-339.

NEGRI, CAIO *et al.* *Rádios Livres e a Reforma Agrária no Ar*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Trad.: Julio Cesar Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2005. p. 107.

ROCHA, Nilton J. R.; VIEIRA, Pedro I.; *Et al.* *As batalhas simbólicas, das praças e da guerra no ciberespaço: a hora e a vez da comunicação compartilhada*. Disponível em: http://www.pedriovo.com.br/as_batalhas_simbolicas_das_pracas_e_da_guerra_no_cibere_spaco.pdf. Acessado em: 25 de agosto de 2016.

TALGA, Dagmar Olmo; MAINIERI, Tiago. *Dose diária de veneno midiático: a grande mídia e as relações com os agrotóxicos*. Trabalho apresentado no DT 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro.

RANCIÈRE, Jacques. Espectador emancipado. Tradução de Daniele Avila Small do artigo de Jacques Rancière sobre a condição do espectador no teatro. In: *Questão de crítica*. Vol. I, nº 3, maio de 2008. Disponível em: <http://www.questaodecritica.com.br/2008/05/o-espectador-emancipado>. Acessado em: 15 de maio de 2016.

SPIVAK, Gayatri. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.